

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 711/712 - Centro - CEP 20.030-080 - Rio de Janeiro/RJ
Rua da Quitanda, 30 - 11º andar - Centro - CEP: 20011-030 - Rio de Janeiro/RJ

Foto: Viviane Castro (DS/Brasília)



Mesa do Seminário congrega entidades contrárias ao Funpresp

Seminário contra Funpresp integra servidores federais em Brasília

Em respeito à categoria, DS/RJ e nove Delegacias se unem e mantêm protesto contra novo regime

Num último esforço para cumprir as deliberações do Comando Nacional de Mobilização (CNM) e registrar a posição dos Auditores-Fiscais contra o Projeto de Lei Complementar 02/2012, a DS/Rio de Janeiro obteve o apoio de nove Delegacias Sindicais – Brasília, Salvador, Campinas/Jundiaí, Espírito Santo, Curitiba, Maranhão, Joinville, Ceará e Florianópolis – para realizar, no dia 28 de março, no auditório Petrônio Portela do Senado Federal, em Brasília, o Seminário histórico que deu voz e nome às entidades contrárias à criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

O Seminário foi organizado sem o respaldo da Diretoria Executiva Nacional (DEN) – que, de forma surpreendente, contrariou deliberação de assembleia do CNM e, no dia 8 de março, retirou seu apoio

ao evento. O cancelamento foi decidido em reunião de planejamento estratégico da Diretoria Executiva – e não por decisão da Assembleia Nacional, como prevê o estatuto em relação aos assuntos deliberados pelo CNM.

Sobre a mudança de “estratégia”, a DEN informou ter optado “pela intensificação do trabalho parlamentar”, após considerar que o Seminário teria um custo elevado e contaria com a presença “somente dos parlamentares favoráveis à causa dos Auditores”.

Além da retirada de apoio político, a DEN se recusou a liberar recursos financeiros do Fundo de Mobilização para o Seminário, conforme solicitado pela DS/RJ. Manteve, apenas, a reserva do auditório Petrônio Portela, juntamente com a sugestão de que a DS/Rio arcasse sozinha com os custos do evento.

Apesar das restrições financeiras e do curto tempo disponível, a capacidade de articulação entre as Delegacias Sindicais e de mobilização das bases garantiu o êxito do encontro. Do resultado dessa articulação, nasce agora uma nova resistência, em prol da reestatização do regime previdenciário dos servidores públicos federais.

Palestrantes

- ° Sara Granemann (Prof. UFRJ)
- ° Clemilce Carvalho (Auditora Fiscal Aposentada – DS/Rio)
- ° Maria Lucia Fattorelli (Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida)
- ° Roberto Bocaccio Piscitelli (Assessor Técnico da Câmara dos Deputados)

Editorial

O Seminário de Brasília foi um ato de respeito à categoria e ao intenso trabalho do Comando Nacional de Mobilização contra a privatização do sistema previdenciário dos servidores públicos federais. O principal mérito do encontro foi promover a articulação e a união entre servidores vinculados a cerca de 30 entidades, que se juntaram aos Auditores Fiscais contra a criação da Funpresp e o desmonte de nossa Previdência Social. As análises dos palestrantes e opiniões dos presentes ampliaram o debate e a visão sobre o futuro do movimento sindical do setor.

A ausência do apoio e da presença da DEN, sob o argumento de que os custos financeiros seriam muito elevados diante do reduzido comparecimento de parlamentares no evento, foi a nota destoante e incompreensível. A importância da matéria em pauta extrapolava uma simples relação custo-benefício. O objetivo era marcar nossa posição e nosso protesto.

Desde a votação na Câmara dos Deputados, em 27 de fevereiro, quando foi aprovado o projeto original – o PL 1992/2007, que derivaria em PLC 02/2012, no Senado –, havia ciência da árdua tarefa que aguardava os servidores federais, em virtude da extensão e complexidade dos interesses envolvidos na criação do Fundo.

Por coincidência, o Seminário ocorreu no mesmo dia da votação do PLC 02/2012 no Senado Federal. De fato, o Senado teria até o dia 15 de abril para votar a matéria e a antecipação atendeu à solicitação expressa do Governo. Sem qualquer desânimo, os servidores fizeram um revezamento no auditório Petrônio Portela – enquanto uma parte assistia às palestras, outra parte percorria gabinetes e galerias, distribuindo entre os senadores o manifesto contrário ao projeto, elaborado pelo CNM.

O projeto de lei foi aprovado por votação simbólica – e não por voto nominal, conforme é de praxe em temas tão relevantes. Ato contínuo, seguiu em regime de urgência para a sanção da Presidente da República Dilma Rousseff, o que ocorreu no dia 30 de abril. A nova lei foi publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio.

Em que pese o resultado da votação no Senado, que impôs graves danos ao funcionalismo público federal, os Auditores Fiscais brasileiros podem se orgulhar de terem marcado sua posição absolutamente contrária ao Funpresp.

Fundo gera as piores impressões

“A criação do fundo de pensão para os servidores provocará um efeito negativo nas finanças públicas, nos próximos 30 anos, no mínimo, que forçará o governo federal a adotar uma política de arrocho salarial para todo o funcionalismo. Além disso, irá transferir recursos da educação, saúde, etc., para os mercados financeiros e de capitais, e fragilizará a atuação do Estado em defesa da sociedade brasileira. A quem interessa isso? Aos banqueiros e aos especuladores” - Trecho do Manifesto do CNM

“A medida reforça o papel do governo de entregar o patrimônio público à iniciativa privada. Nenhum argumento dado pelo governo nas reuniões apontava a necessidade da criação da Funpresp” - Josemilton Maurício Costa, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef)

“O Funpresp joga a previdência do servidor no mercado financeiro” - Bartira Grandi, Sindicato

Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)

“Destroi o serviço público brasileiro, pois não traz segurança para aqueles que ingressarem. Não é uma Previdência Complementar, mas sim, uma poupança financeira” - Alvaro Sólton de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)

“Atinge não somente o funcionalismo federal, mas a essência da política de direitos” - Luís Carlos Palácios, Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafpe)

“A proposição é ruim para os servidores e péssima para o país. Só é boa para os banqueiros” - Luiz Carlos Alves, Representante do CNM da 7ª RF

“Eu não tenho dúvidas de que esse projeto será aprovado. Além de atender os interesses do governo, é uma vontade do capital” - Sara Granemann, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e palestrante do Seminário de Brasília

Jesuan Xavier (Asfoc-SN)



Auditório Petrônio Portela foi insuficiente para todos os servidores

DS/RJ enviou 42 representantes a Brasília

No esforço de mobilização contra a aprovação do PLC 02/2012, a Delegacia Sindical do Rio de Janeiro enviou 42 filiados a Brasília, para o trabalho de convencimento parlamentar e comparecimento ao Seminário Nacional. O custo referente a passagens aéreas, deslocamentos e alimentação dos integrantes, bem como hospedagem dos delegados que pernoveram em Brasília, foi de R\$ 38.334,75.



Auditores do Rio de Janeiro mobilizados em Brasília

Expediente: O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Sindifisco Nacional** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Vice-Presidente:** Antônio Henrique Azevedo da Cunha. **Secretário-Geral:** Robson Guedes Lassarot. **Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas. **Diretora-Adjunta de Finanças:** Sônia Maria Bindaes Campos Pereira. **Diretora de Administração:** Patrícia de Araújo Magalhães. **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Bety Gutnik Nisenbaum. **Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Leila Souza de B. Signorelli de Andrade. **Diretor de Defesa Profissional:** Luciano de Moraes Rebouças. **Diretor de Comunicação:** Luiz Roberto Bicalho Domingos. **Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede. **Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Sônia Maria Cunha dos Santos. **Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa. **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Segurança Social:** William Brígido Costa. **Diretora de Atividades Socioculturais:** Maria Alice Sant'Anna Wiltshire. **Diretores Suplentes:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Rosângela Dutra Weck e Célia Satiyo Seto. **Conselho Fiscal:** Aelio dos Santos Filho, Lenine Alcantara Moreira, Marilene de Oliveira Maron. **Jornalista Responsável/Redação:** Sônia d'Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ). **Diagramação:** Francine Hellmann. **Fotos:** Jesuan Xavier/Asfoc-SN e Viviane Castro/DS-Brasília (Colaboradores); Sônia d'Azevedo e Agência Senado. **Endereços da DS/RJ:** Rua Debret, 23 – Sl. 401/405 – Centro – CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800 / Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30 – 11º andar – Centro – CEP 20011-030 – Fone: (21) 2507-6063. **E-mail:** dsrj@sindifisconacional-rj.org.br Site: WWW.sindifisconacional-rj.org.br Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, ne-

Seminário marcou posições de Auditores Fiscais sobre Funpresp

João Abreu *Presidente da DS/RJ*



“ A DS/Rio cumpriu seu papel na luta dos Auditores-Fiscais contra a criação da Funpresp. O Seminário foi uma deliberação do Comando Nacional de Mobilização. Portanto, o cancelamento não podia ser decidido numa

simples reunião da DEN. Isso é estatutário. Por outro lado, os danos trazidos pelo PLC 02/2012 para o conjunto do funcionalismo público federal justificavam nossa mobilização a qualquer custo. A DEN não acatou nossa argumentação, mesmo quando invocamos os preceitos estatutários. Avaliamos, então, que todo o intenso trabalho de mobilização contra a criação desse fundo, realizado desde 2007 pelo CNM, ficaria perdido. Nem mesmo haveria um registro histórico de nossa posição. Felizmente, nove Delegacias Sindicais tiveram a

mesma opinião. Sabíamos dos interesses gigantescos que envolvem a criação desse Fundo. Tão grandes, que o projeto continha inconstitucionalidades que foram muito pouco questionadas pela quase totalidade de nossos parlamentares. Mas, nosso objetivo principal era marcar posição, unir esforços às demais categorias que iriam a Brasília, protestar contra essa “poupança” que nos foi imposta à revelia. A omissão seria um retrocesso tão grande quanto a nova ordem ser imposta aos servidores públicos federais por meio de voto simbólico, ou seja, votos sem rosto. Todos nós, antigos e futuros servidores federais, teremos graves perdas. Se os futuros servidores serão obrigados a contribuir pelo novo regime, daqui a 25 ou 30 anos, como ficarão as pensões dos colegas que forem se aposentando? Haverá recursos para pagar seus benefícios? Serão estipulados novos fatores previdenciários para restringir o valor das pensões? Estas são algumas das questões que devemos abordar, porque essa luta continua. ”

José Rossetto *Presidente da DS/Campinas-Jundiaí*



“ O evento mostrou, de forma inequívoca, que as categorias do Serviço Público Federal não foram devidamente esclarecidas quanto aos males do Funpresp, que trará a todo o conjunto de servidores impacto negativo quanto à renda

futura dos atuais aposentados e aos demais servidores hoje ainda na ativa. Também ficou claro que as direções nacionais das entidades representativas dos servidores não aplicaram a energia necessária para tentar barrar o rolo compressor governa-

mental. As Delegacias Sindicais organizadoras, no entanto, mostraram o espírito de luta, a coragem e a determinação em não aceitar a imposição de um projeto que nada mais é que a continuidade do sucateamento da previdência pública, iniciada nos anos 1990, fazendo desabar no ombro dos servidores a conta de uma farra que eles não fizeram. Louve-se a presença das entidades que lotaram as dependências do Auditório Petrônio Portella, com participação ativa de destaque. Lamente-se, porém, a nossa DEN que se ausentou do evento, mostrando que o discurso contra o Funpresp era só... discurso! Bom mesmo é apelar para o judiciário... Nós, os aposentados em 2003, já vimos este filme! ”

Adriano Lima Correa *Presidente da DS/ES*



“ A organização do seminário foi um esforço conjunto das Delegacias Sindicais que compreenderam a importância de demonstrar resistência e marcar nossa posição, claramente contrária ao

Funpresp. A mobilização foi extremamente positiva e acertada. Apesar da derrota no plenário do Senado, essa luta foi exitosa porque expressamos nossa opinião e construímos uma forte integração com outras categorias.

O ponto negativo foi a absoluta ausência da DEN. Pareceu não estar preocupada com a aprovação de matéria tão importante, que envolve cerca de 500 bilhões de reais. ”

Luiz Carlos Alves

Representante da 7ª Região Fiscal no CNM



“ A proposta do seminário foi deliberação do CNM, em reunião de 22 de novembro de 2011. Foi quando pedimos à DEN que reservasse o auditório Petrônio Portella ou algum outro do mesmo porte, no Congresso Nacional.

Isso está registrado em ata. Na época, a DEN acatou a decisão, tanto que efetuou a reserva do auditório para o dia 28 de março. Para nossa surpresa, no dia 8 de março, a DEN informou que não iria manter o apoio ao seminário. Alegou que seriam necessários pelo menos 400 auditores-fiscais para lotar o plenário e os custos seriam muito elevados. Ora, o Seminário foi uma proposta deliberada democraticamente pelo CNM, em conformidade com Assembleia Nacional realizada no dia 6 de novembro de 2011. Ambos são instâncias estatutárias do Sindifisco. É essencial respeitar isso. Por isso, a DS/Rio e nove Delegacias Sindicais decidiram cumprir a deliberação do CNM e realizar o Seminário às suas expensas. Essa decisão foi importante, politicamente, porque representou nossa articulação com as entidades representativas da quase totalidade do funcionalismo público federal. O Seminário contou com a participação de diversas entidades que integram o Fórum dos Servidores Públicos Federais. Lotamos o auditório Petrônio Portella, cuja capacidade é de 500 pessoas. Foram tantos servidores públicos presentes que não havia espaço para todos! As pessoas se revezavam no plenário. Tivemos a presença de parlamentares e o apoio de outros, que não puderam comparecer ao Seminário, pois estavam às voltas com a votação. Foi uma grande mobilização, que ampliou e fortaleceu nosso protesto. E não se conflitou, em momento algum, com o trabalho de convencimento nos gabinetes, como alegado pela DEN. Essa luta não tem fim, não vai terminar com a sanção [no dia 30 de abril] do PLC 02 pela Presidente Dilma. Afirmando que os futuros colegas irão reconhecer nosso esforço de mobilização e cerrar fileiras pela reestatização de nossa Previdência. A grande pergunta é: A quem interessa o Funpresp? Porque Previdência é uma questão de Estado, não apenas de finanças. Os servidores públicos são agentes do Estado a serviço da sociedade. Portanto, é obrigação do Estado garantir a nossa Previdência Social. ”

Seminário marcou posições de Auditores Fiscais sobre Funpresp

Jesuan Xavier (Asfoc-SN)

João Nóbrega *Presidente da DS/Brasília*



“O seminário foi de grande importância porque mostrou a luta do servidor público contra a criação da Funpresp, que instituiu um fundo sem a segurança de um retorno, pois os novatos

no serviço público não terão mais a garantia da aposentadoria, e os atuais perderam a chance de terem a aposentadoria integral. Apesar de a Funpresp ter sido aprovada pelo Congresso, nossa luta não foi em vão e nem por isso nos sentimos derrotados, porque derrotado é aquele que deixa de lutar com suor, lágrimas e sangue em busca de seus direitos”

Marcelo Maciel *Presidente da DS/Ceará*



“Nosso Seminário foi extremamente relevante para os servidores públicos federais. Foi um exemplo de mobilização, envolvendo diversas categorias em torno de uma luta comum e lotando o Auditório Petrônio Portela. No Ceará, no Fórum

demonstrou que, politicamente, deixa muito a desejar, pois fez a opção de realizar apenas trabalho parlamentar – que se revelou insuficiente – ao invés de trilhar o caminho da combatividade. A aprovação do projeto é uma verdadeira rendição do governo e suas bases aliadas ao mercado financeiro, às custas da privatização da Previdência Pública, um patrimônio que é da sociedade. A criação da Funpresp é um desrespeito aos servidores e à sociedade. O governo, ao invés de corrigir as injustiças do Regime Geral de Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, optou por reproduzi-las no Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos. Entregou todos os trabalhadores à própria sorte, nas mesas de aposta do mercado financeiro. A Funpresp entrega bilhões de reais ao sistema financeiro privado, submetendo os servidores aos humores e solavancos do mercado financeiro na esteira da crise mundial. A recomendação do movimento sindical é a de que NINGUÉM migre para esse Fundo, pois nosso entendimento é de que isso equivaleria a dar um salto num precipício, sem paraquedas.”

em Defesa da Previdência Pública, do qual faz parte a DS/CE, temos iniciativas semelhantes, com a participação das mais diversas entidades de servidores. Isso demonstra o quanto é importante a aglutinação das nossas forças contra os cada vez mais frequentes ataques do governo ao serviço público. A não participação da DEN no evento evidencia um desrespeito não apenas à categoria, mas a todo o Serviço Público e à sociedade, que perdem com a aprovação desse projeto. A DEN ignorou a recomendação do Comando Nacional de Mobilização, bem como ignorou os anseios da categoria que representa. E

Luiz Fernando Martins *Presidente da DS/Maranhão*



“A iniciativa de manter o Seminário, capitaneada pela Delegacia Sindical do Rio de Janeiro, tinha como principal objetivo lutar pela rejeição do PLC 02/2012, através da pressão direta dos servidores públicos.

Infelizmente, a situação já se mostrava irreversível. No mesmo dia, num simulacro de votação, o projeto foi rapidamente aprovado no Senado Federal. Face às circunstâncias políticas e aos interesses dos grupos financeiros que envolviam a criação do fundo de previdência dos servidores, esta já era uma derrota anunciada. Mas ficou uma importante lição: apesar da política egocêntrica praticada, há tempos, pela DEN, o Sindifisco Nacional ainda goza de respeitabilidade e tem grande capacidade de mobilização. O sucesso do Seminário não deixou dúvidas quanto a isto. Se a Direção Nacional não tivesse optado, desde o

início da tramitação do projeto, exclusivamente pelo trabalho de fotos em gabinetes de parlamentares, o final, ainda que difícil, poderia ter sido outro. Posso afirmar que o Seminário serviu para elevar a autoestima da categoria, despertando-a da letargia em que se encontra. E, sobretudo, para renovar a esperança de que o Sindicato retome o papel de protagonista que sempre teve nas lutas, não só em nome da categoria que representa, como também do serviço público e da sociedade como um todo. A criação do fundo de previdência dos servidores públicos representou a privatização do sistema e só interessou aos bancos e ao sistema financeiro nacional e internacional. Para os servidores que aderirem ao fundo restará a insegurança quanto ao futuro. A Funpresp não oferecerá qualquer garantia aos servidores públicos brasileiros, pois é organizada sob a forma de contribuição definida, ou seja, o benefício dependerá do funcionamento exclusivo do mercado, o que constitui temeridade sem limites. Além de dividir e enfraquecer a categoria dos servidores públicos, vislumbram-se prejuí-



Servidores federais realizam grande marcha contra novo regime previdenciário

Paulo Diniz d'Ávila

Presidente da DS/Joinville

“Na impossibilidade de estar em Brasília na data do Seminário, participei através de três colegas da DS/Joinville. O Seminário provou que, quando os AFRFB desejam algo e não encontram correspondência na sua Direção Nacional, são capazes de implementar, com muito êxito, seus desejos e/ou necessidades. A postura da DEN de cancelar o Seminário que já estava programado – e com auditório agendado –, mostrou seu distanciamento de grande parte da categoria que opta por estar mobilizada para as lutas que irão defender e garantir seus direitos. A aprovação do PLC pelo Senado, numa votação fechada, foi o reflexo da desmobilização da categoria, que deveria ter mostrado veementemente aos parlamentares todos os danos que serão causados aos servidores públicos e ao serviço público brasileiro.”

ízos também para o Estado, na medida que o projeto enfraquecerá o serviço público, tornando-o menos atrativo. Quanto à DEN, a verdade é que ela jamais quis a realização do Seminário. A ideia nasceu dentro do Comando Nacional de Mobilização, graças à insistência de companheiros de luta, como o representante da DS/RJ, Luiz Carlos Alves. Poucos dias após tê-lo confirmado, a DEN, numa atitude autoritária, sob o argumento falacioso de contenção de despesas e de que seria mais produtivo concentrar-se no que chama de “trabalho parlamentar”, decidiu cancelar o Seminário. Em termos de mobilização, o encontro ia de encontro ao modo de fazer política sindical, do “deixa que eu resolvo”, de nossa Direção Nacional. Além da injustificável desistência, é de lamentar a ausência de qualquer membro da Diretoria Nacional no encontro. Lamentável também a não divulgação do sucesso do evento, privando a categoria de importantes informações sobre as atividades do Sindicato, pelo simples motivo de não terem sido de iniciativa da Direção Nacional.”